

CONIC-SEMESP

13º Congresso Nacional de Iniciação Científica

Anais do Conic-Semesp. Volume 1, 2013 - Faculdade Anhanguera de Campinas - Unidade 3. ISSN 2357-8904

TÍTULO: ABORDAGEM DO PROCESSO INFLACIONÁRIO BRASILEIRO: INFLAÇÃO MOTIVADA PELOS AUMENTOS DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO EM FUNÇÃO DE GASTOS PÚBLICOS E FALTA DE INVESTIMENTOS

CATEGORIA: CONCLUÍDO

ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SUBÁREA: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

INSTITUIÇÃO: FACULDADE ANHANGUERA DE BAURU

AUTOR(ES): RÔMULO APARECIDO VIEIRA, MAURICIO DE LIMA CAMARGO

ORIENTADOR(ES): ANTONIO FERNANDO COELHO

Realização:



Apoio:



Abordagem do processo inflacionário brasileiro: Inflação motivada pelos aumentos dos custos de produção em função de gastos públicos e falta de investimentos

1. Resumo

A inflação é um dos mais importantes agregados macroeconômicos e o que mais preocupou a nação brasileira durante longos períodos. Na medida em que os preços aumentam, ela silenciosamente vai corroendo o poder de compra de produtos e serviços, pois os salários não conseguem acompanhá-la, provocando aumento do custo de vida e penalizando duramente a vida de muitos trabalhadores. Exatamente como acontece agora: o preço dos alimentos, do transporte, do aluguel, enfim, tudo ou quase tudo sobe mais do que o salário. Outro aspecto importante, e este sendo o centro da discussão proposta neste trabalho, é com relação às finanças públicas, ou mais precisamente com os gastos públicos realizados pelo governo que influenciam diretamente nos preços dos produtos. Apresenta-se como um dos grandes responsáveis pelo aumento da inflação os custos de produção provocados por falta de investimentos e gastos públicos desnecessários.

2. Introdução

2.1. Conceito

No Brasil, a sociedade como um todo sempre sofreu com a palavra inflação. Um dos índices mais discutidos em todo o mundo, a inflação tem sua origem na economia de mercado. Está ligada diretamente ao poder de compra do consumidor e no poder do Estado em controlá-la. Seus efeitos podem ser devastadores em uma economia fraca, isso porquê a inflação é um processo pelo qual ocorre aumento generalizado nos preços dos bens e serviços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda. Isso faz com que o dinheiro valha cada vez menos, sendo necessária uma quantidade cada vez maior dele para adquirir os mesmos produtos.

A inflação pode também provocar efeitos sobre a estrutura de produção da economia, redistribuindo rendas e causando uma desproporção em relação ao volume de demanda para os vários setores da economia, já que os preços não mudam todos juntos e cada um com diferente intensidade. Quando a inflação é

resultado de políticas governamentais para aumentar a disponibilidade de moeda, a contribuição do Governo para um ambiente inflacionário é vista como uma taxa sobre a moeda em circulação. Outro efeito negativo pode ser a hiperinflação. Com o aumento da inflação, aumenta esse peso sobre o dinheiro em circulação, promovendo aumento da velocidade de circulação do dinheiro, colocando o processo inflacionário em um ciclo vicioso que pode levar a hiperinflação. Por conta destes efeitos negativos causados pela inflação, os Bancos Centrais costumam definir a estabilidade de preços como um objetivo primordial de suas políticas, com uma inflação mais baixa como ideal. Uma forma de controlar os preços é a taxa de juros, quanto maior é a taxa de juros, mais atrativo é a aplicação do dinheiro como forma de investimento, diminuindo a quantidade de dinheiro em circulação, o que diminui a capacidade de compra da população. Consequentemente, a inflação não sobe.

Há vários fatores que podem gerar inflação. Um deles é o aumento do preço de um item básico na economia, que pode contaminar os demais preços provocando uma alta generalizada. Exemplo são os casos do petróleo e da energia elétrica. Em outra situação, se o Governo gasta mais do que arrecada, e para pagar suas contas emite papel-moeda, provoca inflação, pois está desvalorizando a moeda, uma vez que criou dinheiro novo sem garantia, sem que tenha havido criação de riqueza, de produção. Assim, os bens e serviços continuam os mesmos, mas o dinheiro em circulação aumenta de volume. Passasse, então, a exigir maior quantidade de dinheiro pela mesma quantidade de produto, o chamado dinheiro fraco.

Por exemplo: em um país com inflação de 1% ao mês, um trabalhador compra uma cesta de produtos em determinado mês e paga R\$ 100. No mês seguinte, para comprar a mesma cesta, ele vai precisar de R\$ 101. E assim sucessivamente. Caso a inflação se mantenha a mesma, depois de um ano o valor da cesta chegará a R\$ 112,68 (12,68% de inflação). Como o salário deste trabalhador não é reajustado mensalmente, o poder de compra diminuirá paulatinamente. Isso significa que, após este ano de 1% de inflação ao mês, com os mesmos R\$ 100 o trabalhador conseguirá comprar somente 88,75% da cesta.

O Brasil, após diversas tentativas, conseguiu dar o golpe final na sua hiperinflação crônica em 1994 com o Plano Real. Desde então, uma das maiores preocupações dos dirigentes macroeconômicos do Governo tem sido mantê-la a

níveis abaixo dos dois dígitos. Diversos diagnósticos já foram dados para resolver tal problema, levando às mais variadas consequências sobre a economia brasileira, nem sempre bem sucedidos. Com isso, o propósito do trabalho é questionar as formas de controle de inflação promovidas pelo governo e sugerir medidas mais eficazes como por exemplo investimentos e redução de gastos públicos.

2.2. As interpretações macroeconômicas da inflação

Há diversas teorias econômicas para a origem da inflação. Por um lado, alguns estudos compartilham do pressuposto de que a inflação é originária de um excesso de demanda. Ao mesmo tempo, estudiosos do assunto veem a moeda apenas como um meio de troca neutro, utilizada única e exclusivamente para transações. Portanto, qualquer aumento da quantidade de moeda em circulação, acarretaria em um aumento de demanda, provocando mais uma vez no aumento de preços. THAIS HERÉDIA, em notícia divulgada no Portal G1 comenta:

(..) “Esse quadro atual é consequência de uma grande distorção entre a demanda e a oferta na economia. Tudo que está associado à demanda vem sob pressão há bastante tempo: emprego, renda, consumo, serviços. Tudo que está associado à oferta está com pouquíssimo oxigênio: produtividade, investimento, competitividade. O PIB brasileiro é, a grosso modo, dividido assim: 70% de peso para consumo e serviços e 30% para indústria e investimento. Enquanto a dinâmica entre um e outro não se reequilibrar, vai ser difícil recolocar a economia do país numa rota mais saudável de crescimento”.

Por outro lado, e o qual defendemos neste artigo, alguns estudos acreditam em uma inflação motivada pelos aumentos dos custos de produção, pela falta de investimentos, pelos gastos públicos. Apolos Neto, em reportagem elaborada para o site Câmaras dos Deputados disse:

(..)” A Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) produziu o estudo ‘O Impacto do Custo Brasil na competitividade da indústria brasileira de bens de capital’, no qual revela os principais gargalos enfrentados pelo setor na comparação com outros países. Tomando como base comparativa os Estados Unidos e a Alemanha, o levantamento se fixou em oito itens: impostos não recuperáveis, encargos

sociais e trabalhistas, logística, impacto dos juros sobre o capital de giro, burocracia e custo de regulamentação, custos dos investimentos, custos dos insumos básicos e custos de energia”.

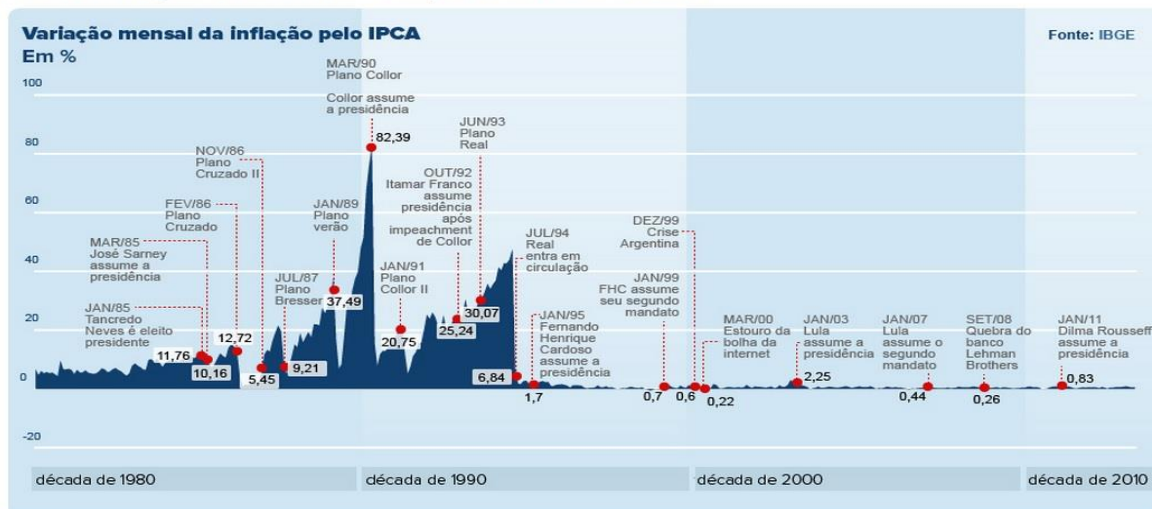
2.3. Inflação no Brasil

A inflação começou a ser medida no Brasil em meados da década de 20. Segundo Carlos Eduardo da Costa, em artigo elaborado para o Portal Administradores, o modelo utilizado na época era o europeu, que já era utilizado desde 1400, e era calculada pela Fazenda Nacional. Com a criação da Lei do Salário Mínimo, o cálculo passou a ser calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que até hoje mede a inflação. A partir de 1945 a economia brasileira se tornou estável com uma taxa de 3% ao ano. Com a fase de crescimento econômico e industrialização promovida pelo então presidente Juscelino Kubitschek nos anos 60 e posteriormente com os períodos de greves e incertezas, os índices aumentaram, chegando a 90% ao ano. Durante todo regime militar a inflação se manteve alta, porém, o período pós-ditadura (1980) foi sem dúvida o mais turbulento de toda a história.

Os famosos planos Bresser, Cruzado e Collor tentaram controlar a inflação, contudo, o índice chegou a 1.972,91% em 1989. Depois da classe média ter suas poupanças bloqueadas pelo governo Collor, o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que assumiu depois do impeachment de Collor, anunciou mais um plano econômico, o Plano Real. O sucesso do plano levou a inflação a cair de 916,43% em 1994, para 22,41% em 1995. Desde o lançamento do Plano Real, a taxa da inflação se mantém praticamente estável, como mostra a figura 1 extraído do portal G1.

Histórico da inflação brasileira

Brasileiros chegaram a conviver com inflação de mais de 80% ao mês

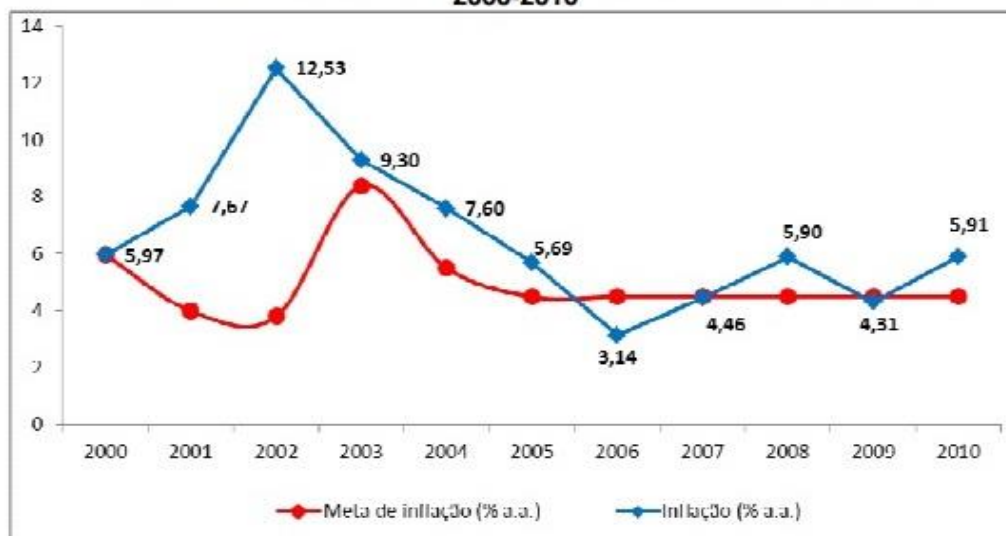


Edição: Laura Naime (Conteúdo) e Leo Aragão (Arte)
Infografia: Daniel Roda, Dalton Soares e Elvis Martuchelli
Desenvolvedores: Rafael Soares e Thiago Bittencourt
Reportagem: Darlan Alvarenga, Fabíola Glenia, Gabriela Gasparin e Simone Cunha
Vídeo: Alexandre Nascimento e Luciano Emoto

Figura 1- Histórico da Inflação do Brasil, Portal G1

Com isso, a partir de 1999, para manter a inflação num patamar aceitável, o Banco Central usa a chamada Meta de Inflação. Trata-se de uma taxa que é estabelecida para o ano. O governo precisa trilhar caminhos durante o ano para alcançar essa meta e mostrar credibilidade perante o mercado internacional, que está sujeito a fortes crises. A figura 2 mostra a variação das metas estabelecidas pelo Banco Central, em relação a inflação

Varição anual da inflação– IPCA - e as metas de inflação estabelecidas pelo Banco Central 2000-2010



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE
Obs.: Os dados de meta de inflação referem-se ao centro da meta

Figura 2 – Gráfico elaborado para o relatório Nota Técnica; N° 94

Em poucos momentos, os índices se mostram a baixo da meta estabelecida para o ano, isso se deve a falta de controle do Governo da inflação, ou seja, as políticas estabelecidas se caracterizam como medidas de curto prazo, acarretando grande interferência na Economia Brasileira.

Mostrar que a inflação está controlada garante investimentos externos e blinda a economia durante uma crise internacional, onde o capital é retirado dos países emergentes e aplicado em economias estáveis.

2.4. Gastos públicos

Encerrado anualmente o prazo para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física e seu recolhimento, mais presente se torna ao contribuinte a preocupação quanto a utilização desses recursos arrecadados, ao longo do tempo.

Os cidadãos se perguntam para onde vai a massa de recursos arrecadados constantemente, uma vez que o Brasil é uns dos países com maior carga tributária do mundo, e que arrecada milhões de reais por mês. O problema está na falta do uso correto dos recursos arrecadados por parte do Governo, gerando insatisfação e desconfiança.

No Brasil, as contas e os gastos previstos para o ano subsequente são pré-estabelecidos. Os governos Federal, Estadual e Municipal, preparam projetos pelo Executivo, que segue para as Casas Legislativas para aperfeiçoamento e aprovação, sendo as respectivas Casas denominadas Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, apreciarão os orçamentos, apresentando as devidas emendas e votando as contas e os gastos previstos para o exercício seguinte.

Os orçamentos, que no nível federal se denomina LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem preferência na votação para minimizar o risco de se começar um ano sem o respectivo orçamento aprovado, com todas as verbas definidas para os gastos necessários a movimentação da máquina administrativa do governo e eventuais investimentos.

Em 1993 descobriu-se que havia uma verdadeira máfia entranhada na formulação do orçamento nacional, o que provocou grande movimentação popular e política naquela ocasião. Tal fato trouxe à tona a importância da transparência das contas públicas, com discriminação dos gastos e suas

rubricas, tanto para consulta eventual quanto para compreensão da população, primeira interessada em saber como ocorrem os gastos públicos.

Apesar de existirem instituições fundamentais na avaliação e fiscalização dos gastos do setor público, a participação da população é de extrema importância no controle dos exageros por parte dos entes federativos. É direito de todo cidadão ter acesso às informações orçamentárias e de gastos de todos os níveis do governo, porque o cidadão é o efetivo contribuinte e alimentador dos recursos financeiros utilizados.

A Constituição Federal, e o diploma legal são dois normativos legais fundamentais para a formação do orçamento anual. O primeiro, disciplina os percentuais de gastos e cotas mínimas para setores importantes como saúde e educação, já o segundo, trouxe parâmetros limitadores de gastos, que se denomina Lei de Responsabilidade Fiscal ou Lei Complementar 101/2000, sendo esta a responsável por trazer um caráter criminal, quando o governante não respeita as limitações impostas para os percentuais de gastos. O que obriga os administradores públicos a focalizarem maior atenção aos critérios de eficiência de seus investimentos.

2.5. Investimentos

Segundo o dicionário Aurélio, investimentos é ato ou efeito de investir, de atacar; investida. / Aplicação de capitais com finalidade lucrativa, ou seja, investimento é a aplicação de algum tipo de recurso (dinheiro ou títulos) com a expectativa de receber algum retorno futuro superior ao aplicado, compensando inclusive a perda de uso desse recurso durante o período de aplicação. Num sentido amplo, o termo aplica-se tanto à compra de máquinas, equipamentos e imóveis para a instalação de unidades produtivas como à compra de títulos financeiros (letras de câmbio, ações).

Em economia, investimento significa a aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva (instalações, máquinas, meios de transporte) ou seja, em bens de capital. Nesses termos, investimento é toda aplicação de dinheiro com expectativa de lucro.

Os investimentos, além de possibilitar transformações econômicas como melhores técnicas de produção e mais capital por trabalhador, são e devem ser considerados como importante arma para combater os aumentos de inflação,

pois possibilitam que sejam reduzidos os custos de produção, ajudando assim, a manutenção dos preços. Além disso, é uma das melhores e mais importantes ferramentas da política pública, e o grande responsável pelo desenvolvimento econômico de uma região, estado ou país, criando oportunidades de negócios, aumentando a concorrência entre empresas nacionais, melhorando a competitividade do Brasil, reduzindo custos de produção e como consequência redução da inflação. Infelizmente, o que vê atualmente, é um uma inflação pressionada, com constantes interferências do Governo, o que no futuro, se transformará em um processo inflacionário muito pior.

3. Objetivos

Infelizmente, os governantes brasileiros ainda não entenderam que conter a inflação possibilita a redução ou manutenção dos preços no mercado, aumentando o poder de compra dos salários, permitindo que a população melhore de vida, reduzindo a má distribuição de renda e contribuindo para conter o desequilíbrio social que faz as pessoas empobrecerem dia após dia. A inflação é apenas uma das válvulas de escape da pressão produzida pelos inúmeros desequilíbrios sociais e econômicos existentes no Brasil. Se a válvula da inflação é bloqueada, ou contida por qualquer técnica de esperteza como elevação dos Juros, outras válvulas se romperão para dar vazão à tal pressão e continuar corroendo a economia do país. A contenção forçada da inflação, aciona a válvula da recessão, a válvula do desemprego, a válvula dos juros absurdos, do endividamento público, da desvalorização cambial.

É por isso que precisamos dar uma melhor atenção as lições básicas a respeito dos déficits, pois observando a economia brasileira na segunda metade da década de 80, mostra que todos os esforços para acabar com a inflação foram abandonados pouco tempo depois de anunciados, e hoje estão sendo cometidos os mesmo erros, como gastos mal planejados e falta de investimento, conceitos que queremos apresentar neste trabalho, junto com o tema inflação.

4. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida através da consulta de livros, revistas, artigos, teses e dissertações pertinentes ao assunto através de material físico ou digital. O objetivo deste estudo é oferecer um novo conceito para definir e resolver, não

somente um problema já conhecido, mas sim explorar novas soluções ao tema discutido.

Para a realização deste projeto foi necessário um complemento de etapas distintas. A primeira constituiu de uma ampla revisão literária sobre a inflação global e brasileira, a segunda um conhecimento sobre economia e política, com a ajuda do acervo da biblioteca relacionada ao tema, computador disponível na instituição de ensino e nas nossas residências, canetas, livros, jornais e revistas.

5. Desenvolvimento

A história econômica do Brasil possui inúmeras características e sem dúvida uma das maiores e mais significativa é a generalizada alta de preços percebida durante longos períodos. Desde o início da década de 20, o fenômeno da inflação tem sido predominante em relação aos poucos períodos de preços relativamente estáveis. Mas, o momento que se verificou inflação mais elevada foi entre 1980 e 1994, onde o País foi submetido a vários planos econômicos, sem sucesso efetivo no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico.

No período entre 1994 e 1998, identifica-se que o objetivo principal da política governamental foi a estabilização de preços, com a manutenção das taxas de inflação em patamares reduzidos. Nesse sentido, o Governo utilizou uma política monetária altamente restritiva, associada a uma regra de não-desvalorizações cambiais. A formulação e a condução da política macroeconômica, visando esse objetivo, tornou-se perceptível antes mesmo do anúncio do Plano Real, em julho de 1994, pois a estratégia de elaboração do plano propunha uma combinação de condições políticas, históricas e econômicas, para permitir que o governo lançasse as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano trouxe resultados satisfatórios com o fim de uma inflação elevada e na substituição da moeda antiga pelo Real, em julho de 1994.

Em um artigo, intitulado “Plano Real”, publicado no site do ministério da fazenda, o diagnóstico sobre a causa fundamental da doença inflacionária foi a desordem financeira e administrativa do setor público, com seus múltiplos sintomas:

(...) “Penúria de recursos para o custeio dos serviços básicos e para os investimentos do governo que são indispensáveis ao desenvolvimento do país; Vazamento dos recursos da República pelos ralos do desperdício, da ineficiência, da corrupção, da sonegação e da inadimplência; endividamento descontrolado dos Estados, Municípios e bancos estaduais; exacerbação dos conflitos distributivos em todos os níveis”

Diagnosticado o problema, a solução veio através de um programa de Estabilização Econômica ou Plano Real, como também foi chamado. O mesmo foi concebido e implementado em três etapas:

- a) o estabelecimento do equilíbrio das contas do Governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira;
- b) a criação de um padrão estável de valor que denominamos Unidade de Valor - URV;
- c) a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável - o Real.

Na mesma publicação, a primeira etapa de ajuste das contas do Governo, teve início em 14 de junho de 1993 com o programa de Ação Imediata - PAI, que estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para a redução e maior eficiência dos gastos da União no exercício de 1993; recuperação da receita tributária federal; equacionamento da dívida de Estados e Municípios para com a União; maior controle dos bancos estaduais; início do saneamento dos bancos federais e aperfeiçoamento do programa de privatização. A recuperação das finanças públicas não é uma mera questão de gastar menos e arrecadar mais. Ela envolve uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada, incluindo:

- I) corte e maior eficiência de gastos;
- II) recuperação da receita tributária;
- III) fim da inadimplência de Estados e Municípios em relação as dívidas com a União;
- IV) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais;
- V) saneamento dos bancos federais;
- VI) privatização.

A partir daí, a inflação foi dominada sem congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros artificialismos da heterodoxia econômica. Em consequência do fim da inflação, a economia brasileira voltou a crescer rapidamente, obrigando o Ministério da Fazenda a optar por uma política de

restrição à expansão da moeda e do crédito, de forma a garantir que, na etapa seguinte, o Brasil pudesse registrar taxas de crescimento econômico autossustentáveis, viabilizando a retomada do crescimento com distribuição da renda.

Hoje, podemos relacionar as altas na inflação registradas no últimos anos com a inflação registradas na época do Plano Real. O sucesso do Plano Real na estabilização da inflação mostrou a importância do controle dos gastos públicos, importância de se fazer investimentos eficientes e que passamos a trabalhar com soluções concretas no controle da inflação. Recentes aumentos na taxa básica de juros (Selic), mostra novamente a preocupação com o retorno da inflação, mais não se mostram medidas eficientes. Na visão do presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Roque Pellizzaro Junior, aumentos na taxa básica de juros traz à tona uma realidade incômoda para o governo.

(...) "Para que não corramos o risco de ver a inflação subir, tem que segurar o gasto público. Esse é o grande ponto: o governo precisa puxar a rédea. A inflação é uma preocupação diuturna de qualquer economia. A questão é que tipo de remédio tem que ser administrado para que se tenha o menor efeito colateral possível. Neste momento, a nossa visão é que a redução do gasto público, a puxada na rédea da despesa seria um fator significativo para evitar a alta da inflação".

Em outras palavras, o processo de alta generalizada dos preços pode ser atribuído, em parte, pela grande monetização do déficit público, provocado pela necessidade de financiamento do saldo negativo das contas do Tesouro. Por outro lado, a inflação pode afetar o déficit público. A inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal, pela defasagem entre a geração e o recolhimento dos impostos.

Segundo Rafael (2012), em artigo divulgado no portal Administradores, à proporção que o governo aumenta seus gastos de maneira ineficiente e de modo a superar suas receitas, eleva a dívida pública. Com isso, o déficit público impacta no progresso e estabilidade econômico, haja vista que intervém na capacidade de investimento das empresas, bem como do próprio Estado. Ele equivale à parcela das despesas realizadas (gastos do governo), mas que não

são cobertas pelas receitas (tributos), cuja principal consequência é a desordem estrutural da economia. Analisando este conceito simplista, pode-se observar que ele "esconde" fatores que determinam suas causas e a própria avaliação da política fiscal empregada. São eles: os métodos de financiamento utilizados; contribuição de déficits passados; impacto das dívidas interna e externa; necessidade e emissão de moedas; efeito da inflação e variação nas taxas de juros; e erros na gestão pública dos recursos.

O gasto público elevado e crescente gera um ciclo vicioso. Para manter o equilíbrio das contas públicas, o governo aumenta tributos e corta investimentos, o que acaba desestimulando o investimento privado: a maior carga tributária reduz a rentabilidade líquida dos empreendimentos privados e a queda do investimento público gera deterioração da infraestrutura brasileira, aumentando o custo final da produção. Essa redução no investimento privado e em outros componentes da despesa agregada sempre que o Estado aumenta a despesa pública é conhecido na literatura econômica como efeito *crowding-out*.

A queda dos investimentos público e privado, por sua vez, reduz o potencial de crescimento da economia: reduz-se o PIB potencial do país. Com um baixo crescimento potencial do PIB, a estreita margem de crescimento não inflacionário da economia leva o Banco Central a manter a taxa de juros reais elevada, que é eficiente para manter a taxa de inflação sob controle no curto prazo, porém, se torna mais um fator de desestímulo ao investimento privado, realimentando o baixo potencial de crescimento do produto a médio prazo. Com o potencial de crescimento do produto tendo sido reduzido, nos próximos anos será necessário manter a taxa de juros elevada, pois o gasto corrente do governo continua crescendo e pressionando a demanda; enquanto a oferta agregada não consegue acompanhar o aumento da demanda, devido à repressão aos investimentos público e privado. Ou seja, configura-se um modelo em que o equilíbrio se dá com gasto público elevado e crescente, juros reais elevados e baixo potencial de crescimento da economia.

Segundo o Banco Central por meio do relatório conhecido como Boletim Focus, os economistas do mercado financeiro baixaram a estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2013, ao mesmo tempo em que elevaram sua previsão de inflação para este ano, em notícia divulgada no portal do G1. O ano de 2015 também deverá ser um período de riscos inflacionários e investimentos

arredios por causa de diversas mudanças legais no país. Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do IBRE/FGV e professor do Instituto de Economia da UFRJ, diz que há uma inflação reprimida no país:

(...) “Estamos com alguns preços deprimidos internacionalmente, como o petróleo e a gasolina, que terão de ser corrigidos depois das eleições. Por isso, 2015 deverá ser o ano das maldades”

Ele lembra que algumas isenções tributárias terão de acabar no fim do governo, o que pode afetar mais a inflação do primeiro ano do novo mandato presidencial. Técnicos do governo garantem, porém, que os esforços do Banco Central (BC) para conter a alta de preços surtirão efeito.

Castelar diz também que os investimentos estão patinando:

(...) “Todo o pacote bilionário do governo em infraestrutura logística, além de ainda não ter saído do papel, traz uma questão complicada: grande parte deste investimento, apesar de ser chamado de privado, depende do BNDES, da garantia de retorno do governo, ou seja, está atrelado ao gasto público”.

Para a expansão do PIB de 2013, a estimativa dos analistas do mercado recuou de 2,98% para 2,93%. Foi o segundo recuo consecutivo do indicador. Para 2014, a previsão de crescimento da economia brasileira permaneceu estável em 3,50%. Na divulgação da revisão do orçamento de 2013, a previsão do governo para o crescimento da economia neste ano foi mantida em 3,5% - a mesma da Lei de Diretrizes Orçamentárias, divulgada em março. Entretanto, Mantega afirmou que o número pode recuar no futuro, dependendo do resultado do PIB do primeiro trimestre

5.1. Inflação e juros

Em notícia divulgada pelo Portal G1, para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que serve de referência para o sistema de metas de inflação, a estimativa do mercado financeiro para este ano subiu de 5,80% para 5,81%. Para 2014, a previsão do mercado permaneceu inalterada em 5,80%.

A reportagem destaca também, que pelo sistema de metas que vigora no Brasil, o Banco Central tem de calibrar os juros para atingir as metas pré-estabelecidas, tendo por base o IPCA. Para 2013 e 2014, a meta central de inflação é de 4,5%, com um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Desse modo, o IPCA pode ficar entre 2,5% e 6,5% sem que a meta seja formalmente descumprida.

Para manter essa tendência, o governo federal anunciou recentemente revisão do orçamento de 2013, elevando as despesas em relação ao ano passado. Entretanto, essa ação também tende a piorar o perfil das contas públicas, aumentando o chamado "déficit nominal" (receitas menos despesas) e a influenciar para cima o comportamento da inflação. Portal G1 por Alexandro Martello:

(...) "Esse aumento de gastos vai estimular mais a inflação do que o PIB. Tende a 'bater' mais na inflação do que no crescimento", afirmou ao G1 o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Mansueto Almeida, especialista em contas públicas.

Ultimamente, os jornais e revistas noticiaram a ameaça da inflação ao desempenho econômico do Brasil. Defende-se que, os aumentos nos gastos do governo, e a falta de eficiência na aplicação de recursos do governo, aumentam os custos de produção, pois impactam diretamente na sociedade, nos empresários e empresas, e conseqüentemente nos preços no mercado.

Para equilibrar suas contas o governo precisa de mais dinheiro. Nessas ocasiões, esse governo pode se valer de duas manobras: ele aumenta a taxa de juros e assim capta dinheiro no mercado de títulos; ou pode imprimir dinheiro para cobrir suas dívidas. De qualquer forma a tendência é que a taxa de juros (Selic) aumente, para tentar conter o aumento dos preços. Como consequência, as empresas preferem aplicar dinheiro em títulos ou no mercado financeiro do que investir em produção, gerando inflação.

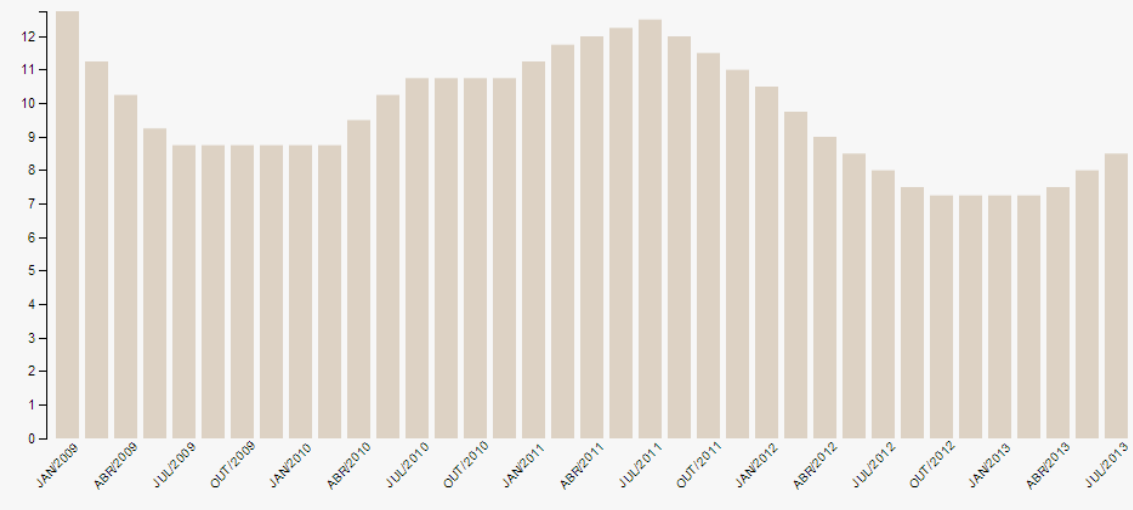
Na figura 3, mostra-se a variação da taxa Selic de janeiro de 2009 até julho de 2013. Essa variação prova como a inflação se mantém baixa apenas com a taxa básica de juros elevada. Isso, como já tratado em momentos anteriores neste artigo, é ruim para a economia, pois desestimula os investimentos no país.

Portanto, a elevação das taxas de juros são medidas ineficientes contra o controle da inflação

Evolução da taxa Selic (%)

A Selic é a taxa de juros que determina o custo do crédito e o rendimento das aplicações em renda fixa

Fonte: Portal Moneyou



Por isso a recomendação dos analistas, economistas e mídia especializada é de que o Brasil contenha os gastos públicos. Para que o governo não corra risco de perder o controle sobre a inflação é necessário que o governo gaste menos, ou aplique os recursos disponíveis em investimentos necessários ao bem da sociedade. Segundo notícia divulgada pelo IPEA, por Guilherme Lino, nos últimos anos, o governo federal aumentou o custo dos gastos sociais no País.

(...) "De acordo com o economista Mansueto Almeida, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1999 o governo utilizou 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da época para gastos sociais. Já em relação aos investimentos feitos no ano passado, o governo federal utilizou 1,5% do PIB. Em relação aos gastos fiscais, Almeida diz a partir da década de 1990, todos os presidentes deixaram alguma despesa. "Em 1991, os gastos fiscais representaram 11,1% do PIB, já em 2012 teve uma representatividade de 18,2%", completou Almeida. Almeida também destacou o superávit primário brasileiro, que segundo ele é robusto. "Desde 2009, vemos um aumento no volume de recursos poupados para este fim", diz o economista.

O economista completou que o Brasil tem a maior dívida pública na América Latina.

(...) "No Brasil, a dívida pública representa 68% do PIB", destacou Almeida. Desde 2010, os investimentos públicos feitos no País tem apresentado uma relativa queda. No primeiro ano destacado, o total chegou a 1,25% do PIB, e nos próximos anos (2011 e 2012) o investimento chegou a 1,09%.

Com isso, mostra-se a importância do controle dos gastos, ou melhor dizendo, a importância de uma melhor alocação de recursos disponíveis pelo governo, em investimento sociais e econômicos, que impulsionam a economia e mantem a inflação em baixos níveis

6. Resultados

O conceito de inflação é bastante claro, trata-se de é um processo pelo qual ocorre aumento generalizado nos preços dos bens e serviços, provocando perda do poder aquisitivo da moeda. Mas o que podemos observar ao longo da pesquisa é uma atualização quanto a sua causa. Alguns estudos defendem que a inflação é originária de um excesso de demanda, ou por um aumento na base monetária. O que defendemos no trabalho, é sua causa a partir dos custos de produção. É associada à inflação de oferta. O nível da demanda permanece e os custos aumentam. Com o aumento dos custos ocorre uma retração da produção fazendo com que os preços de mercado também sofram aumento. As causas mais comuns da inflação de custos são: os aumentos salariais; o aumento do custo de matéria-prima, fazendo com que o custo final do bem ou serviço aumente; e, por fim, a estrutura de mercado que algumas empresas aumentam seus lucros acima da elevação dos custos de produção.

Uma vez que as empresas passam por dificuldade produtivas, como por exemplo, alta carga tributária; falta de infraestrutura; os custos são repassadas para o consumidor final, gerando aumentos nos preços. Outro aspecto importante, é a queda do poder de compra provocado pela inflação, gerando desvalorização do dinheiro. A dívida interna e externa de um país aumenta, tornando o país mais endividado. A crise aumenta, as exportações sofrem queda obrigando a importação desenfreada causando imenso impacto na economia.

Angela Bittencourt, em notícia divulgada no portal Valor econômico, disse:

(..) “A valorização dos preços das commodities, especialmente do aço, foi notada e capturada pelas indústrias brasileiras, que repassaram aos clientes a carga mais elevada de custos na compra de insumos. Esses custos subiram pelo trigésimo sétimo mês consecutivo”

Para provar a teoria, de que a inflação é originária de aumento nos custos de produção, demonstra-se a seguir, mais um aumento na taxa básica de juros, por Alexandro Martello em notícia divulgado no portal G1:

(..) “O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (28), de forma unânime, elevar a taxa básica de juros da economia de 8,5% para 9% ao ano. Esse foi o quarto aumento consecutivo na taxa Selic, que vem subindo desde abril deste ano, o que levou os juros ao maior nível desde março de 2012 – quando estavam em 9,75% ao ano. Com o aumento de 0,5 ponto nos juros básicos da economia, o Copom também confirmou a aposta consensual dos economistas do mercado financeiro. Os analistas projetam ainda mais uma elevação neste ano para a taxa de juros, em outubro, que, segundo suas estimativas, deverá fechar 2013 em 9,50% ao ano. Alguns economistas já preveem, porém, que os juros podem chegar a 10% ao ano nos próximos meses”.

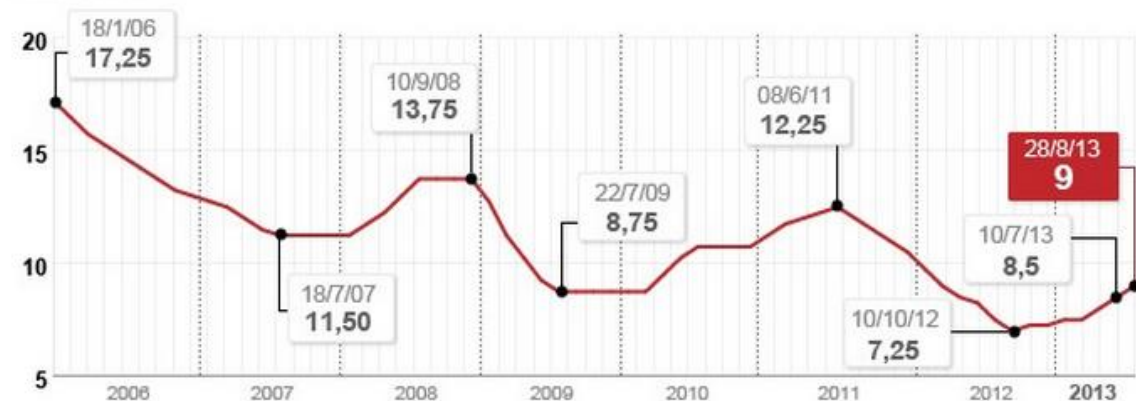
Na mesma reportagem, a explicação é que os aumentos na taxa básica de juros é uma medida para colocar a inflação em declínio:

(..) “Ao fim do encontro, foi divulgada a seguinte frase: "Dando prosseguimento ao ajuste da taxa básica de juros, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic para 9,00% ao ano, sem viés. O Comitê avalia que essa decisão contribuirá para colocar a inflação em declínio e assegurar que essa tendência persista no próximo ano". Trata-se da mesma explicação da reunião do Copom de julho”.

Com mas um aumento na taxa básica de juros, mostra-se a grande preocupação com o retorno do processo inflacionário. A alta foi a quarta seguida definida pelo Banco Central, como mostra a figura 4

Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



G1.com.br

Fonte: Banco Central do Brasil
Infográfico elaborado em 28/8/2013

Figura 4 – Evolução da taxa básica de juros - Selic

Alexandro Martello relata também:

(..) “A alta de juros, segundo economistas, também pode impactar, entretanto, o crescimento da economia brasileira, que tem sido constantemente revisado para baixo. No fim de 2012, o mercado financeiro estimava que o Produto Interno Bruto (PIB) do país avançaria 3,30% neste ano. Na semana passada, a previsão já havia recuado para um crescimento de 2,20% e já há economistas falando em 2% de alta”.

Concluindo, mostra-se como as medidas estabelecidas para conter a inflação são ineficiente, pois aumentos na taxa básica de juros prejudicam o crescimento do país. Em contrapartida, defende-se neste artigo, a redução da inflação sem interferências do Governo, ou seja, através de redução dos gastos, investimentos pontuais, que incentivariam o desenvolvimento da economia. Propomos que a inflação seja utilizada como um termômetro para refletirmos a situação econômica brasileira, e não que seja combatida constantemente com medidas sem resultados efetivos a longo prazo.

7. Considerações Finais

A inflação provoca distorções na economia, sendo as principais: Efeito sobre a distribuição de renda, o balanço de pagamentos sofre déficit, pois os produtos nacionais tornam-se muito caros. Há um desestímulo para a aplicação nos

mercados de capitais, as expectativas sobre o futuro: a classe empresarial, especialmente, tende a ser mais sensível em relação à isso: os investimentos decrescem, tornando a economia cada vez mais frágil.

Agora, por que é importante medir o aumento de preços na economia? Ou em outras palavras, por que é importante medir a inflação?

Se os preços dos bens e serviços que você costuma consumir aumentam e o seu salário não aumenta (ou aumenta menos que o preço dos bens e serviços), você já não mais conseguirá consumir a mesma quantidade de bens e serviços que conseguia consumir antes. Nesta situação, os trabalhadores brasileiros são fortemente afetados e com isso prejudicamos nosso próprio País.

8. Fontes Consultadas

MARTINS, O. **Política fiscal: Crowding-out ou crowding-in?** Disponível em: <<http://www.e-clique.com/cronicas/mao-invisivel/politica-fiscal-crowding-out-ou-crowding-in/>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17981>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/05/gasto-publico-incentiva-pib-mas-piora-contas-e-pode-bater-na-inflacao.html>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

UOL. Disponível em: <<http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/04/13/inflacao-da-cesta-basica-e-a-maior-em-10-anos-e-corroi-salario-minimo/>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Metas/10_anos_metas_inflacao_completo.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2013/06/ri201306b1p.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2013/06/ri201306c6p.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/05/gasto-publico-incentiva-pib-mas-piora-contas-e-pode-bater-na-inflacao.html>>. Acesso em: 10 Jul. 2013.

G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/platb/thaisheredia/2013/05/29/brasil-vive-o-pesadelo-da-economia-estagnada-com-inflacao-alta/>>

VALOR ECONÔMICO. Disponível em <<http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/2850912/inflacao-de-custos>> Acesso em: 28 ago. 2013

G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/copom-sobe-juro-pela-quarta-vez-seguida-e-taxa-basica-vai-9-ao-ano.html>> Acesso em: 28 ago. 2013

G1. Disponível <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/bc-eleva-juro-basico-para-9-e-indica-que-mantera-velocidade-no-aperto-monetario-1.html>> Acesso em: 28 ago. 2013

BANCO CENTRAL Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/decisao-copom-28-8-2013.aspx>> Acesso em: 28 ago. 2013

ADMINISTRADORES. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/qual-o-impacto-do-deficit-publico-no-crescimento-economico-de-um-pais/4808/>> Acesso em: 28 ago. 2013